

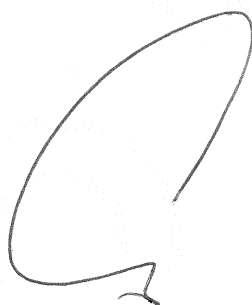
ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial**CNPJ Nº 94.862.265/0001-42****BALANÇO PATRIMONIAL****Encerrado em 31/12/2024 (em Reais)**

	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO	178.159.573,86	182.469.442,04
ATIVO CIRCULANTE	31.904.070,52	33.945.195,22
Caixa e Equivalente de Caixa	1.559.895,21	3.363.892,34
Convênios a Receber	9.305.475,66	11.024.156,83
SUS a Receber	11.687.247,46	12.856.996,94
Particulares a Receber	791.389,40	881.380,94
Cartões de Crédito a Receber	88.539,54	38.782,45
Perdas Estimadas Créditos Liquidação Duvidosa	(2.603.964,33)	(3.337.883,71)
Adiantamento a Fornecedores	7.391.720,75	5.591.850,71
Outros Créditos	18.127,64	116.542,24
Estoques	3.633.664,02	3.367.313,32
Despesas do Exercício Seguinte	31.975,17	42.163,16
NAO CIRCULANTE	146.255.503,34	148.524.246,82
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	6.558.520,28	12.237.615,30
Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.365.636,21	5.344.068,36
Precatórios a Receber	0,00	5.700.662,87
Outros Créditos de Longo Prazo	1.192.884,07	1.192.884,07
IMOBILIZADO	139.696.983,06	136.286.631,52
Terrenos	5.623.600,00	5.623.600,00
Reavaliação e Mais Valia de Terrenos	85.138.988,20	85.138.988,20
Prédios e Construções	59.339.260,76	45.437.186,24
Reavaliação e Mais Valia de Prédios	9.616.302,51	9.616.302,51
Maquinas e Equipamentos	23.617.664,21	21.076.547,74
Moveis e Utensílios	7.535.313,54	5.323.912,50
Veículos	467.677,65	394.677,65
Computadores e Periféricos	2.535.123,30	1.996.571,55
Imobilizações em Andamento	6.703.148,72	19.772.227,59
Bens em Comodato	223.379,88	190.007,30
Depreciações Acumuladas	(53.055.846,64)	(50.598.518,24)
Depreciação Reavaliações de Mais Valia	(8.047.629,07)	(7.684.871,52)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO	178.159.573,86	182.469.442,04
PASSIVO CIRCULANTE	66.104.658,13	45.162.768,71
Fornecedores	18.387.811,80	12.875.905,89
Honorários Pessoa Jurídica	12.517.542,41	3.675.000,00
Obrigações Trabalhistas	16.345.427,57	11.799.283,56
Obrigações Tributárias	11.636.683,90	3.026.198,37
Parcelamento Não Previdenciários - Fiscal	1.781.907,39	1.371.499,00
Adiantamento Porto RG - Convenio Pronto Socorro	1.440.000,00	8.160.000,00
Outras Obrigações	3.995.285,06	4.254.881,89
NAO CIRCULANTE	476.931.378,71	440.803.951,39
Parcelamento Não Previdenciários - Fiscal	3.670.538,17	4.927.658,39
Outras Obrigações	223.379,88	190.007,30
Subvenções a Realizar	20.289.533,59	19.910.061,59
Provisão Para Contingencias - Após a RJ	32.571.026,94	7.095.547,56
Tributos em Atraso - Longo Prazo	198.251.546,98	186.755.323,40
Valores Trabalhistas a Pagar - RJ	40.523.574,67	40.523.574,67
Valores Fornecedores a Pagar - RJ	65.830.198,61	65.830.198,61
Valores Bancos a Pagar - RJ	81.879.098,31	81.879.098,31
Acordos Cíveis a Pagar - RJ	13.784.441,03	13.784.441,03
Serviços PJ a pagar - RJ	7.009.150,86	7.009.150,86
Rescisões com Médicos - RJ	12.898.889,67	12.898.889,67
PATRIMONIO LIQUIDO	(364.876.462,98)	(303.497.278,06)
Patrimônio Social	(390.659.459,41)	(373.832.295,23)
Reserva de Reavaliação	10.926.359,53	10.926.359,53
Ajuste de Avaliação Patrimonial	83.828.931,18	83.828.931,18
Realização Reserva Reavaliação	(6.694.629,95)	(6.430.251,22)
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	(1.261.236,96)	(1.162.858,14)
Déficit do Período	(61.016.427,37)	(16.827.164,18)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.






ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 94.862.265/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

Encerrado em 31/12/2024 (em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	158.116.539,64	153.299.861,47
Receita com SUS	105.836.025,77	96.310.270,28
Receita Convênios Privados	15.841.041,62	21.807.582,84
Receita com Particulares	3.181.532,67	4.307.543,67
Receitas de Outras Atividades	600.152,14	1.840.585,81
Receitas Isenções Tributárias	17.711.687,36	15.599.269,17
Subvenções e Doações Recebidas	12.672.494,53	11.385.168,12
Aluguéis Recebidos	2.774.359,64	2.434.330,75
Deduções das Receitas (Glosas e Descontos de Metas)	(500.754,09)	(384.889,17)
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	(134.177.849,32)	(114.864.410,12)
Custo com Pessoal Operacional	(48.217.181,24)	(38.811.648,15)
Custo com Honorários Médicos	(49.284.418,47)	(40.353.277,12)
Custo com Materiais e Medicamentos	(25.211.463,95)	(24.171.583,93)
Outros Custos Diretos	(11.464.785,66)	(11.527.900,92)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	14.938.378,69	38.435.451,35
DESPESAS OPERACIONAIS	(72.373.635,36)	(42.316.056,15)
Custo com Pessoal Administrativo	(9.000.311,63)	(7.245.363,03)
Despesas Tributárias Isentas	(17.711.687,36)	(15.599.269,17)
Outras Despesas ou Receitas Operacionais	(20.186.156,99)	(12.832.940,83)
Provisão para Contingências Jurídicas	(25.475.479,38)	(6.638.483,12)
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	(48.434.945,04)	(3.880.604,80)
Receitas Financeiras	409.518,04	789.298,90
Despesas Financeiras	(12.991.000,37)	(13.735.858,28)
DÉFICIT DO PERÍODO	(61.016.427,37)	(16.827.164,18)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 94.862.265/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Encerrado em 31/12/2024 (em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(61.016.427,37)	(16.827.164,18)
Realização Reserva Reavaliação	264.378,73	287.711,06
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	98.378,82	98.872,96
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	(60.653.669,82)	(16.440.580,16)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 94.862.265/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Encerrado em 31/12/2024 (em Reais)

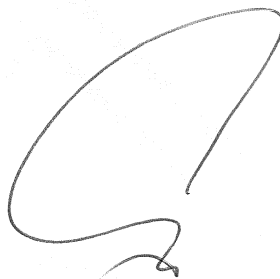
	29/12/2024	30/12/2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(58.099.768,97)	(14.041.942,44)
Déficit (Superávit) Líquido do Período	(61.016.427,37)	(16.827.164,18)
Ajustes por:		
Depreciações	2.916.658,40	2.785.221,74
Aumento ou Redução de Ativos e Passivos	62.622.781,78	20.392.338,35
(Aumento) Redução Contas a Receber	2.928.665,10	(8.462.718,74)
Aumento (Redução) PECLD	(733.919,38)	(452.130,73)
(Aumento) Redução Adiantamento a Fornecedores	(1.799.870,04)	(417.424,51)
(Aumento) Redução Estoques	(266.350,70)	(611.715,60)
(Aumento) Redução Outros Créditos de Curto Prazo	108.602,59	110.255,59
(Aumento) Redução Depósitos Judiciais	(21.567,85)	(353.332,60)
Aumento (Redução) Precatórios a Receber	5.700.662,87	0,00
(Aumento) Redução Títulos de Capitalização	0,00	20.219,33
Aumento (Redução) Fornecedores	5.511.905,91	8.843.227,61
Aumento (Redução) Honorários a Pagar	8.842.542,41	(2.995.132,18)
Aumento (Redução) Obrigações Trabalhistas	10.262.966,56	836.654,05
Aumento (Redução) Obrigações Tributárias	(4.673.048,85)	2.241.315,95
Aumento (Redução) Outras Obrigações	153.247,75	2.775.343,35
Aumento (Redução) Provisão para Contingências	25.475.479,38	6.638.483,12
Ajuste Realização Reserva Reavaliação - PL	(264.378,73)	(287.711,06)
Ajuste Realização Ajuste Avaliação Patrimonial - PL	(98.378,82)	(98.872,96)
Aumento (Redução) Valores da RJ - Longo Prazo	11.496.223,58	12.605.877,73
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	4.523.012,81	6.350.395,91
Fluxos de Caixa Atividades de Investimentos		
Aquisição de Ativo Imobilizado	(6.342.693,16)	(20.214.069,64)
Baixas de Ativo Imobilizado	15.683,22	2.157.869,96
Total Fluxo Caixa das Atividades de Investimento	(6.327.009,94)	(18.056.199,68)
Variação nas Atividades	(1.803.997,13)	(11.705.803,77)
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.803.997,13)	(11.705.803,77)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3.363.892,34	15.069.696,11
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1.559.895,21	3.363.892,34

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 94.862.265/0001-42
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Encerrado em 31/12/2024 (em Reais)

	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Realização Reserva Reavaliação	Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	Déficit do Exercício	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31/12/2022	(299.060.065,46)	10.926.359,53	83.828.931,18	(6.142.540,16)	(1.063.985,18)	(74.772.229,77)	(286.283.529,86)
Resultado do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(16.827.164,18)	(16.827.164,18)
Transferência para Patrimônio Social	(74.772.229,77)	0,00	0,00	0,00	0,00	74.772.229,77	0,00
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	(98.872,96)	0,00	(98.872,96)
Realização Reserva Reavaliação	0,00	0,00	0,00	(287.711,06)	0,00	0,00	(287.711,06)
Saldo em 31/12/2023	(373.832.295,23)	10.926.359,53	83.828.931,18	(6.430.251,22)	(1.162.858,14)	(16.827.164,18)	(303.497.278,06)
Resultado do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(61.016.427,37)	(61.016.427,37)
Transferência para Patrimônio Social	(16.827.164,18)	0,00	0,00	0,00	0,00	16.827.164,18	0,00
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	(98.378,82)	0,00	(98.378,82)
Realização Reserva Reavaliação	0,00	0,00	0,00	(264.378,73)	0,00	0,00	(264.378,73)
Saldo em 31/12/2024	(390.659.459,41)	10.926.359,53	83.828.931,18	(6.694.629,95)	(1.261.236,96)	(61.016.427,37)	(364.876.462,98)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis






ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 94.862.265/0001-42
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerrados em 31/12/2024 (em Reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial** é uma associação civil, de direito privado, beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área da saúde, de fins não econômicos e não lucrativos, fundada em 22/03/1835, com sede à Rua General Osório nº 625, Rio Grande – RS, inscrita no CNPJ sob o número 94.862.265/0001-42 e rege-se por Estatuto Social e pelas leis que lhe forem aplicáveis, possuindo CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, com pedido de renovação protocolado em 16/11/2020 ainda em análise pelo Ministério da Saúde e com complementação de documentos em 07/06/2023

NOTA 02 – RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A **ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE** solicitou em 23/06/2022 tutela cautelar antecedente, cujo deferimento se deu em 27/06/2022, antecipando os efeitos da Recuperação Judicial. Em 22/07/2022, foi promovido o pedido de Recuperação Judicial perante à 1ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande – RS, processo sob número: 5012306-16.2022.8.21.0023. Cumpridas as exigências legais, o processamento da recuperação foi deferido em 04/08/2022, em decisão nos termos da Lei nº 11.101/2005. O plano de Recuperação Judicial foi apresentado ao juízo em 01/10/2022. O edital previsto nos arts. 7º, § 2º e 53 da Lei nº 11.101/2005 (segunda lista de credores e recebimento do plano de recuperação judicial) foi disponibilizado no DJE em 21/03/2023. A primeira Assembleia Geral de Credores ocorreu em 23/08/2023 foi convocada, em 1ª convocação no dia 19/07/2023, às 14h00min. Devido a inexistência de quórum de instalação, na forma do art. 37, § 2º da LRF - Lei de Recuperação e Falência, a 2ª convocação foi realizada no dia 23/08/2023. Conforme aprovado pelos credores presentes à Assembleia Geral de Credores realizada no dia 23/08/2023, em 2ª convocação, a Assembleia foi suspensa pelo prazo de até 45 dias. Assim, a solenidade de continuação foi realizada no dia 02/10/2023, na Sociedade Amigos do Cassino – SAC. Na AGC do dia 02/10/2023, os credores aprovaram nova suspensão do conclave até o dia 10/11/2023. Na AGC do dia 10/11/2023, os credores aprovaram nova suspensão do conclave até o dia 22/01/2024. Em 22/02/24 a AGC aprovou nova suspensão para a o dia 17/04/24. Na assembleia do dia 17/04/24 os credores deliberaram sobre o modificativo do plano de recuperação judicial que teve o seguinte resultado de votação:

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO PLANO

Classe I - Trabalhista	POR QUANTIDADE	Aprova	152	28,90%
		Não Aprova	374	71,10%
			526	
Classe III - Quirografários	POR VALOR	Aprova	83.057.022,57	95,69%
		Não Aprova	3.745.335,28	4,31%
			86.802.357,85	
	POR QUANTIDADE	Aprova	9	69,23%
		Não Aprova	4	30,77%
			13	
Classe IV – ME/EPP	POR QUANTIDADE	Aprova	-	0,00%
		Não Aprova	-	0,00%
			-	

A deliberação da Assembleia Geral de Credores foi levada a análise da magistratura do processo de recuperação judicial a qual pende de análise pelo referido juízo. No dia 11/02/2025 foi proclamada a sentença de homologação do plano de recuperação e concessão da Recuperação Judicial.

NOTA 03 – FINALIDADES OPERACIONAIS

A **ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial** tem por finalidade preponderante a atividade na área da saúde e desenvolve esta e as demais atividades de forma contínua e

permanente, respeitando o princípio da universalidade do atendimento, sendo-lhe permitido para tanto: (a) prestar serviços de atendimento e atenção à saúde humana, nos limites de suas possibilidades, a todos que o procurarem no sentido de proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, sem qualquer tipo ou espécie de distinção; (b) desenvolver atividades educacionais e de saúde, para formação de profissionais; e (c) promover a integração dos diversos profissionais da área da saúde ao mercado de trabalho.

NOTA 04 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976 e alterações), legislação específica aplicável a entidades de fins não econômicos, Lei Complementar nº 187/2021) e Normas Brasileiras de Contabilidade, mais especificamente as ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

NOTA 05 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa – Os valores contabilizados neste subgrupo, representam moeda em caixa, depósitos à vista em conta bancária e aplicações financeiras, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata dia até a data das demonstrações contábeis sendo que estas aplicações são realizadas em instituições financeiras de reconhecida solidez.

b) Contas a Receber de Clientes – As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e enviado às Operadoras de Planos de Saúde, aos gestores do SUS e de contas particulares ainda não recebidas.

c) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD – Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos e foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, levando-se em consideração a inadimplência ocorrida nos últimos cinco anos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

d) Estoques – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data das demonstrações contábeis.

e) Despesas do Exercício Seguinte – Este grupo é composto pelos seguros, relativas ao período de 2023, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representados pelo seu valor nominal.

f) Ativo Imobilizado – Os bens integrantes do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição e corrigidos monetariamente até 31/12/1995, avaliados de acordo com os critérios determinados pela Lei nº 6.404/76. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como custo ou despesa quando incorrido.

g) Depreciação do Imobilizado – Os encargos de depreciação são calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a estimativa de vida útil dos bens.

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas (teste de *impairment*), operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007 e na NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil excede o valor de mercado, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. No período não foram apontadas divergências relevantes que obrigasse a Entidade a registrá-las em sua contabilidade.

i) Obras em Andamento – As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto acrescidas de custo de mão-de-obra e aquisições de materiais. Os valores de obras já prontas são transferidos para as contas de imobilizado adequadas e as obras sem continuidade são levadas para despesa.



j) **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. As provisões de férias e encargos foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data das demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas provisões poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. As demonstrações contábeis da Entidade incluem, também, estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes trabalhistas. Não foram incluídas provisões de contingências cíveis por falta de informações adequadas. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas.

k) **Financiamentos e Parcelamentos** – Os financiamentos bancários estão apresentados pelo valor corrigido conforme quadro de credores da Recuperação Judicial e os parcelamentos de tributos vigente estão acrescidos de encargos financeiros incorridos até a data das demonstrações contábeis.

l) **Tributos a Recolher** – Em relação aos tributos a recolher em atraso foram corrigidos com base na legislação tributária até 31/12/2024.

m) **Receitas e Despesas** – As receitas e despesas foram reconhecidas de acordo com o regime de competência, exceto as receitas de doações e subvenções que são reconhecidas de acordo com a realização das despesas a elas vinculadas. As receitas da Entidade foram aplicadas integralmente em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Foi reconhecida como receita a isenção tributária e como despesa o valor do benefício tributário referente à cota patronal do INSS e da COFINS, obtido pelo direito de possuir o Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social.

n) **Receitas Antecipadas** – Não foram reconhecidas receitas antecipadas (ou faturamento antecipado) referente a pacientes internados e que as contas ainda não foram encerradas, mas os custos referentes a esta internação já foram reconhecidos no Resultado do Período.

o) **Apuração do Resultado** – O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato, valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

p) **Ativo e Passivo Circulantes** – Os ativos e passivos de até 360 dias estão demonstrados no circulante.

q) **Ajuste a Valor Presente** – Em cumprimento a NBC T 19.17 - Ajuste a Valor Presente e a Lei nº 11.638/2007, foi efetuada análise específica quanto à necessidade ou não de aplicação do procedimento de Ajustes a Valor Presente, não sendo apurado nenhum efeito significativo ou relevante que justificasse, nos ativos e passivos, a adoção deste procedimento.

r) **Obrigações Trabalhistas** – As obrigações trabalhistas, sociais e tributárias foram registradas de acordo com o quadro de funcionários, as provisões e os encargos delas decorrentes, estando os referidos encargos registrados pelo valor histórico.

s) **Contas a Pagar a Fornecedores** – Os valores a pagar à fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e estão sujeitas a juros, e estão incluídos os valores negociados com os fornecedores através de termos de confissão de dívida.

t) **Contas a Pagar de Honorários Médicos** – Os valores a pagar referentes a honorários médicos são obrigações geradas a partir de atendimentos de médicos a pacientes internados e ambulatoriais.

u) **Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC** – Foi elaborada em conformidade com a NBC T 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, sendo utilizado o método de fluxo de caixa indireto.

NOTA 06 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.024	2023
Caixa Geral	4.401,24	5.018,24
Bancos Conta Movimento	44.783,07	82.498,36

Aplicações Liquidez Imediata	1.510.711,00	3.276.375,71
Total	1.559.895,21	3.363.892,34

NOTA 07 – ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – EPCLD

A Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa de 2024 foi constituída no montante de R\$ 2.603.964,33 (R\$ 3.337.883,71 em 2023) base na perda média dos últimos cinco exercícios.

NOTA 08 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo médio, e a composição dos estoques é a seguinte:

ESTOQUES	2024	2023
Estoque Final de Medicamentos	1.240.906,49	1.205.123,86
Estoque Final de Material Médico Hospitalar	1.430.350,86	944.113,47
Estoque Final de Material de Laboratório	76.878,34	561.992,50
Estoque Final de Órtese e Prótese	77.863,74	268.875,34
Estoque Final de Gases Medicinais	23.691,82	24.938,37
Estoque Final de Material de Nutrição e Dietética	561.806,48	98.712,55
Estoque Final de Material de Expediente	64.619,29	110.859,48
Estoque Final de Material de Higiene Limpeza	118.207,62	117.430,55
Outros Estoques	39.339,38	35.267,20
Total	3.633.664,02	3.367.313,32

NOTA 09 – IMOBILIZADO

A movimentação do Imobilizado no exercício de 2024 foi a seguinte:

CONTAS	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
SALDO CONTÁBIL	136.286.631,52	6.342.693,16	(15.683,22)	0,00	(2.916.658,40)	139.696.983,06
TOTAL BENS IMOBILIZADO	194.570.021,28	6.342.693,16	(112.255,67)	0,00	0,00	200.800.458,77
Terrenos	5.623.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.623.600,00
Mais Valia de Terrenos	81.369.460,08	0,00	0,00	0,00	0,00	81.369.460,08
Reavaliação de Terrenos	3.769.528,12	0,00	0,00	0,00	0,00	3.769.528,12
Prédios e Construções	45.437.186,24	0,00	0,00	13.902.074,52	0,00	59.339.260,76
Mais Valia de Prédios	2.459.471,10	0,00	0,00	0,00	0,00	2.459.471,10
Reavaliação de Prédios	7.156.831,41	0,00	0,00	0,00	0,00	7.156.831,41
Veículos	394.677,65	73.000,00	0,00	0,00	0,00	467.677,65
Máquinas e Equipamentos	21.076.547,74	546.271,35	(4.679,00)	1.999.524,12	0,00	23.617.664,21
Móveis e Utensílios	5.323.912,50	1.197.304,38	(9.279,52)	1.023.376,18	0,00	7.535.313,54
Computadores e Periféricos	1.996.571,55	410.168,17	(98.297,15)	226.680,73	0,00	2.535.123,30
Obras em Andamento	19.772.227,59	4.082.576,68		(17.151.655,55)	0,00	6.703.148,72
Bens em comodato	190.007,30	33.372,58	0,00	0,00	0,00	223.379,88
TOTAL DEPRECIACÃO	(58.283.389,76)	0,00	96.572,45	(0,00)	(2.916.658,40)	(61.103.475,71)
Deprec. Acumulada Prédios	(31.034.107,87)	0,00	0,00	11.748,17	(804.545,80)	(31.826.905,50)
Deprec. Acumulada Mais Valia Prédios	(1.123.652,96)	0,00	0,00	0,00	(98.378,82)	(1.222.031,78)
Deprec. Acumulada Reavaliação Prédios	(6.561.218,56)	0,00	0,00	(11.748,17)	(264.378,73)	(6.837.345,46)
Deprec. Acumulada Veículos	(394.677,65)	0,00	0,00	0,00	(4.826,77)	(399.504,42)
Deprec. Acumulada Máquinas e Equipam.	(13.166.758,37)	0,00	4.599,00	13.230,81	(1.237.374,02)	(14.386.302,58)
Deprec. Acumulada Moveis Utensílios	(4.487.568,88)	0,00	2.741,17	(11.915,94)	(259.058,18)	(4.755.801,83)
Deprec. Acumulada Computadores Periféricos	(1.515.405,47)	0,00	89.232,28	(1.314,87)	(248.096,08)	(1.675.584,14)

NOTA 10 – PRECATÓRIO A RECEBER

Do montante anteriormente contabilizado de R\$ 5.700.662,87 como Precatórios a Receber, em 31/12/2024 foi baixado o valor total como créditos incobráveis após consulta à Secretaria de Precatórios do TRF da 4ª Região, que confirmou inexistir quaisquer precatórios em aberto em favor da Associação de Caridade Santa Casa de Rio Grande.

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS

Os financiamentos junto às instituições financeiras estão assim representados:

	2024		2023	
Modalidade	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Capital Giro RJ	0,00	81.879.098,31	0,00	81.879.098,31
Saldo	0,00	81.879.098,31	0,00	81.879.098,31

Os empréstimos bancários na sua totalidade são valores anteriores ao processo de Recuperação Judicial e foram transferidos para o Passivo Não Circulante e o valor está em conformidade com o quadro de credores atual, não sendo atualizados financeiramente em função do provável deságio quando do pagamento definitivo.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais, empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias estão assim compostas:

	2024	2023
CURTO PRAZO	13.417.875,00	4.397.697,37
Parcelamento Não Previdenciários - Fiscal	1.781.907,39	1.371.499,00
Obrigações Tributárias	11.635.967,61	3.026.198,37
LONGO PRAZO	176.110.759,43	165.871.656,07
Tributos em Atraso - Longo Prazo	172.440.221,26	160.943.997,68
Parcelamento Não Previdenciários - Fiscal	3.670.538,17	4.927.658,39
Total	189.528.634,43	170.269.353,44

DESCRIÇÃO DA CONTA	2024	2023
IRF Sobre Ordenados	2.068.980,21	875.491,17
IRF Sobre Honorários	80.650,77	41.249,25
IRF Sobre Serviços	689.137,46	295.253,40
PIS, COFINS, CSLL Terceiros	2.026.579,82	884.598,45
ISSQN a Recolher	548.630,85	423.723,86
INSS - Santa Casa	6.221.988,50	505.882,24
Parcelamento Simplificado Não Previdenciário	129.551,22	51.903,60
Parcelamento Simplificado Não Previdenciário LP	0,00	227.945,97
Parcelamento simplificado RFB CP	1.652.356,17	1.319.595,40
Parcelamento simplificado RFB LP	3.670.538,17	4.699.712,42
Parcelamento Previdenciários Rescindidos LP	41.030.031,09	38.744.995,32
Parcelamento Não Previdenciários Rescindidos LP	56.372.487,87	53.245.244,64
Processos Fiscais em Aberto LP	71.933.901,70	66.058.417,11
Multas Trabalhistas a Pagar LP	3.103.800,60	2.895.340,61
Total	189.528.634,43	170.269.353,44

NOTA 14 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Este grupo é composto por tributos em atraso não parcelados e os débitos incluídos na recuperação judicial cujo vencimento ultrapassam a 31/12/2024, além das provisões contingenciais.

NOTA 15 – SUBVENÇÕES OU CONVÊNIOS PÚBLICOS E DOAÇÕES

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Para a contabilização das subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a NBC TG 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais e a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. A entidade recebeu, no decorrer do período, as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

Órgão	Origem	2024	2023
Ministério da Saúde	Port. 4779/24 Enfrentamento Enchentes	5.204.424,00	0,00
Ministério da Saúde	Portaria GM/MS/96	0,00	4.574.811,18
Ministério da Saúde	Emendas Parlamentares e Portarias	8.922.000,00	7.562.738,93
Ministério da Saúde	Portaria 1135/2023 Piso da enfermagem	12.561.333,40	6.265.524,68
Governo do Estado	Projeto nota fiscal gaúcha	19.911,59	40.747,68
Governo do Estado	Operação verão	200.000,00	200.000,00
Governo do Estado	Portaria 301/2024	200.000,00	0,00
Governo do Estado	Programa Avançar Convenio 2373	2.347.334,25	0,00
Prefeitura Municipal	Convênio 177/2022	8.400.000,00	4.680.000,00
Prefeitura Municipal	Convênio 219/2019	0,00	69.985,50
Prefeitura Municipal	Convênio 504/2022	1.105.779,07	1.113.773,08
Prefeitura Municipal	Termo Fomento Conselho do Idoso	570.000,00	0,00
TOTAL		39.530.782,31	24.507.581,05

Os recursos recebidos foram aplicados na manutenção dos programas e obras sociais e filantrópicas da Entidade. Eventualmente a Entidade recebe doações ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas. Em conformidade com a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, estas receitas são reconhecidas no resultado, quando forem subvenções para custeio. Quando forem subvenções para investimentos, são reconhecidas no Passivo Não Circulante na conta de Subvenções a Realizar, não transitando como receita. Os valores recebidos de doações em 2024 perfizeram o montante de R\$ 91.249,54 e foram reconhecidas como receita.

NOTA 16 – RECEITAS

Em atendimento a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 47/2016 – Receita de Contrato com Cliente, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (prestação de serviços em saúde), são mensuradas pelo valor original recebido ou a receber, com base nos atendimentos efetuados. Outras receitas (fins e sustentáveis) também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. Estão sendo demonstrados abaixo os montantes relativos a cada categoria significativa (relevante) de receita reconhecida durante o período:

RECEITAS	2024	2023
Receita com SUS	105.836.025,77	96.310.270,28
Receita Convênios Privados	15.841.041,62	21.807.582,84
Receita com Particulares	3.181.532,67	4.307.543,67
Receitas de Outras Atividades	600.152,14	1.840.585,81
Receitas Isenções Tributárias	17.711.687,36	15.599.269,17
Subvenções e Doações Recebidas	12.672.494,53	11.385.168,12
Aluguéis Recebidos	2.774.359,64	2.434.330,75
Receitas Financeiras	409.518,04	789.298,90

Deduções das Receitas (Glosas e Descontos de Metas)	(500.754,09)	(384.889,17)
TOTAL DAS RECEITAS	158.526.057,68	154.089.160,37

NOTA 17 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento à uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade. No exercício de 2024 não foram feitos trabalhos voluntários junto a Entidade de forma contínua que pudessem ser mensurados.

NOTA 18 – DO RESULTADO DO PERÍODO

O *déficit* do período de 2024 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, em especial no item 15, que descreve que o *superávit* sem restrição ou o *déficit* do período deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

NOTA 19 – COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua a contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros, assim, atendendo o princípio contábil de continuidade.

Propriedades	Cobertura	Companhia/Apólice	Valor segurado (R\$)
Veículos	Casco	Bradesco Seguros	Mercado
Prédio Hospital	Incêndio e Outros	Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	80.000.000,00

NOTA 20 – APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados integralmente nas finalidades institucionais de conformidade com o Estatuto, demonstrados pelos custos, despesas e investimentos patrimoniais.

NOTA 21 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

Conforme a Lei Complementar nº 187/2021, a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

	2024	2023
Cota Patronal Previdenciária	13.492.909,91	11.464.485,44
COFINS	4.218.777,45	4.134.783,73
Totais	17.711.687,36	15.599.269,17

Tais valores foram contabilizados entre os custos e despesas operacionais nos referidos exercícios e como receita operacional, não alterando, assim, o resultado apurado no período.

NOTA 22 – CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Em cumprimento a Lei Complementar nº 187/2021 e Lei nº 12.868/2013 (e regulamentações), do Decreto nº 8.242/2014 e da Portaria GM/MS nº 834/2016, durante o exercício de 2024 os atendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, foi de mais de 102,5% (99,2% em 2023) do total de sua capacidade operacional, conforme quadro:

	2024		2023	
Pacientes/Dia	Quant.	%	Quant.	%
Número Pacientes/Dia SUS	67.210	86,50	74.974	83,24
Número Pacientes/Dia Não SUS	10.466	13,50	15.095	16,76
Total Pacientes/Dia	77.676	100,00	90.069	100,00
Atendimentos Ambulatoriais	Quant.	%	Quant.	%
SUS	90.911	97,03	95.164	96,29
Não SUS	2.782	2,97	3.666	3,71

Rescisões Médicos	12.898.889,67	0,00	0,00	12.898.889,67
TOTAL	221.925.353,15	35.637.859,18	153.012.557,27	33.274.936,70

NOTA 25 – DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 14 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E DO ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR 187/2021

O ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial é Certificado como Entidade Beneficente nos termos da Lei Complementar nº 187/2021 e do Decreto nº 11.791/2023 e atende, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

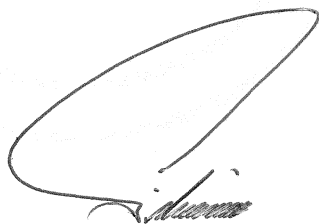
- a) Não distribui lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto em seu Estatuto Social, bem como não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- b) Aplica integralmente o seu eventual resultado líquido na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- c) Mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que assegurem sua exatidão e conserva, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- d) Apresenta as demonstrações contábeis devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade;
- e) Os dirigentes, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas estatutariamente.

NOTA 26 – CONTINUIDADE OPERACIONAL

Face a crise que a Entidade vem sofrendo nos últimos anos, agravada pela intervenção municipal encerrada em abril de 2017, os *déficits* anuais estão se acumulando, provocando aumento de dívidas, a ponto de o Capital Circulante Líquido ficar negativo, ocasionando também que o Patrimônio Social e o Patrimônio Líquido também ficassem com seus saldos negativos, momento em que há risco de continuidade operacional.

Medidas estão sendo tomadas, inclusive com a troca da Governança Corporativa e da Gestão Operacional e a adesão ao plano de Recuperação Judicial, que repercutirão no curto e longo prazo na sustentabilidade financeira da Entidade.

Rio Grande – RS, 31 de dezembro de 2024



Renato Aldair Menezes da Silveira
Presidente
CPF 237.817.770-49



Fábio Freitas Alonso
Contador CRCRS 073973